

# Formação econômico-social (FES) e sua dimensão geográfica

## La Formation Socio-Économique (FSE) et sa dimension géographique

## Social-Economic Formation (SEF) and its geographical dimension



Rogério Rego Miranda

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Pará – Brasil

[rogeriomir@unifesspa.edu.br](mailto:rogeriomir@unifesspa.edu.br)

**Resumo:** A noção de Formação Econômico-Social (FES), elaborada por Marx e Lênin, vai repercutir em diversos outros trabalhos filosóficos, sociológicos, históricos, econômicos e geográficos. Na geografia, particularmente a brasileira, importantes intelectuais vão expressar a necessidade de incorporar a dimensão espacial ao debate da FES, face a inseparabilidade entre sociedade e espaço, propondo a categoria analítica formação socioespacial, a exemplo de Milton Santos. Nesse contexto, o artigo visa discutir a interpretação geográfica brasileira acerca da noção de Formação Econômico-Social. Com o intuito de alcançar esse objetivo se realizou, em termos metodológicos, a revisão bibliográfica sobre a temática, utilizando-se de autores responsáveis pela construção teórica da FES e seus interlocutores.

**Palavras-chave:** Formação Econômico-Social. Formação Socioespacial. Geografia.

**Résumé:** La notion de Formation Socio-Économique (FSE), élaborée par Marx et Lénine, trouva un écho dans plusieurs autres travaux philosophiques, sociologiques, historiques, économiques et géographiques. En géographie, notamment au Brésil, d'importants intellectuels exprimeront la nécessité d'incorporer la dimension spatiale au débat sur l'économie sociale, étant donné l'inséparabilité entre la société et l'espace, proposant la catégorie analytique de la formation socio-spatiale, comme Milton Santos. Dans ce contexte, l'article prétend discuter l'interprétation géographique brésilienne de la notion de formation socio-économique. Pour atteindre cet objectif, une revue

bibliographique sur le thème a été réalisée, en termes méthodologiques, en utilisant les auteurs responsables de la construction théorique du FSE et leurs interlocuteurs.

**Mots clés:** Formation socio-économique. Formation socio-spatiale. Géographie.

**Abstract:** The notion of Social-Economic Formation (SEF), elaborated by Marx and Lenin, will echo in several other philosophical, sociological, historical, economic and geographic works. In geography, particularly in Brazil, important intellectuals will express the need to incorporate the spatial dimension into the debate of the Social-Social Economy, given the inseparability between society and space, proposing the analytical category of socio-spatial formation, as in the case of Milton Santos. In this context, the article aims to discuss the Brazilian geographic interpretation of the notion of Social-Economic Formation. In order to achieve this objective, a bibliographical review on the theme was carried out, using authors responsible for the theoretical construction of the SEF and their interlocutors.

**Keywords:** Socioeconomic formation. Socio-Spatial Formation. Geography.

## Introdução

A noção de Formação Econômico-Social (FES) que se apresentava de maneira embrionária em Marx, tem sua formulação mais bem desenvolvida nos escritos de Lênin, que, por sua vez, vai influenciar autores importantes, como Antonio Gramsci (1968), especialmente em seu conceito de Hegemonia, e Henri Lefebvre (1969), aos tratar das temporalidades que se materializam no espaço.

A FES igualmente vai repercutir nos estudos geográficos, nos quais geógrafos vão propor a incorporação da dimensão espacial à sua construção conceitual, cujo exemplo mais elucidativo no Brasil é o de Milton Santos (1977), ao conceber teoricamente a categoria analítica formação socioespacial, cuja reflexão lhe permite, de acordo com Whitacker (2019), a colaborar com a renovação da Geografia empreendida a partir das décadas de 1960/1970, na qual há uma aproximação dessa ciência com o marxismo, alçando entender o espaço enquanto partícipe do processo de totalização histórica, como resultado de determinados modos de produção e de suas formações econômicas e sociais, logo, o espaço geográfico passa a ser compreendido como oriundo das relações sociais de produção.

Nesse contexto, o artigo visa discutir a interpretação geográfica brasileira acerca da noção de Formação Econômico-Social. Com o intuito de alcançar esse objetivo se realizou, em termos metodológicos, a revisão bibliográfica sobre a temática, utilizando-se de autores responsáveis pela construção teórica da FES e seus interlocutores.

O trabalho se subdivide em dois momentos. O primeiro se centra na contribuição de autores clássicos que se debruçaram sobre a definição da noção de FES, a saber, Marx (2008) e Lênin (1955; 1988), bem como em seus interpretes, tais como Gruppi (1979), Lefebvre (1969) e Sereni (2013). O segundo se reporta a dimensão espacial da FES, ou melhor, na interpretação que a geografia brasileira produziu com relação a referida noção. Para esse fim, fez-se uso de trabalhos importantes de Santos (1977), Moraes (1982), Silva (1991) e Moreira (2007).

## Formação Econômico-Social (FES) na leitura dos clássicos

Marx, em sua obra *Introdução à crítica da economia política*, indica que o tema do seu trabalho era a produção material, partindo

da ideia da produção humana em sociedade e a produção de indivíduos socialmente determinada, em contextos históricos diferentes (feudal, capitalista etc.), que apresentam entre si determinadas características em comum.

Segundo o autor, a “produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, pelo fato de que põe realmente em relevo e fixa o caráter comum, poupando-nos, portanto, as repetições” (MARX, 2008, p. 240).

Desta feita, preocupa-se em entender as regularidades e homogeneidades, porém sem perder de vista a diversidade. É nesse contexto que Marx formula a ideia de formação econômico-social, em que vestígios do passado são arrastados pelo presente. Em suas palavras:

A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida, mais diferenciada. As categorias que exprimem suas condições, a compreensão de sua própria organização a torna apta para abarcar a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedades desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva arrastando, enquanto que tudo o que fora antes apenas indicado se desenvolveu, tomando toda sua significação etc.[...].

Como, além disso, a sociedade burguesa não é em si mais do que uma forma antagônica do desenvolvimento, certas relações pertencentes a formas anteriores nela só poderão ser novamente encontradas completamente esmaecidas, ou mesmo disfaçadas; por exemplo, a propriedade comunal. (Marx, 2008, p. 264-265)

Marx chama à atenção ao fato de que em uma dada forma de sociedade existe uma produção determinada, superior às demais, identificando sua posição de influência sobre as outras.

No caso da sociedade burguesa, a indústria corresponderia à produção dominante, subjugando a agricultura, sendo está dominada pelo capital. Fato semelhante ocorre com a renda territorial, posto que nas formas em que predomina a propriedade rural, sobressai-se a íntima relação com a natureza, mas naquelas formas em que o capital domina, destaca-se o elemento social produzido historicamente. “Não se compreende a renda territorial

sem o capital; entretanto, compreende-se o capital sem a renda rural. O capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo.” (MARX, 2008, p. 267)

Segundo Sereni (2013), essa noção de “formação” (social) em Marx tem um caráter dinâmico e processual, ao contrário da ideia de forma, porque naquela busca-se distinguir “diversas e sucessivas épocas históricas, qualificadas como 'progressivas' e caracterizada cada uma [...] por uma série ascendente de 'tipos', todos compreendidos naquela mesma formação” (SERENI, 2013, p. 305). Em outros termos,

Esta categoria expressa a unidade (e, agregaremos, a totalidade) das diferentes esferas: econômica, social, política e cultural da vida de uma sociedade; e a expressa, além disso, na continuidade e ao mesmo tempo na descontinuidade de seu desenvolvimento histórico. (SERENI, 2013, p. 315, grifado no original)

Lefebvre (1969) igualmente reflete sobre a noção de formação econômico-social em Marx e, também em Lênin, salientando a maior profundidade analítica dada à FES pelo último. Lefebvre assinala que a ideia de “formação” se refere a uma realidade em constante transformação, de maneira histórica e objetiva, ao passo que “econômico-social” significa dois aspectos inseparáveis e diferentes da formação, quais sejam: o econômico, que se refere às forças produtivas e às relações práticas dos indivíduos em sociedade com a natureza, e o social, que indica as relações estabelecidas entre os homens, as relações de produção, classes e forças sociais. Em suma, para Marx, “formação econômico-social” faz referência à sociedade como o conjunto da história de seu desenvolvimento:

Para Marx, o desenvolvimento da sociedade e a sua história constituem um todo (uma totalidade); mas cada momento da história, cada regime ou modo de produção constitui também um conjunto, um todo (ou uma totalidade) que é necessário estudar em si mesmo, sem o separar do desenvolvimento total. (LEFEBVRE, 1969, p. 190 grifado no original)

Lênin (1955) parte dessas premissas marxianas para formular sua compreensão de formação econômico-social. Em seu texto *Quem são os amigos do povo e como eles lutam contra os social-democratas*, por um lado, polemiza com os subjetivistas, ou melhor, com a sociologia subjetivista, para a qual o conceito de formação econômico-social é supérfluo, pois não trabalha a sociedade em geral, haja vista que Marx investigou a lei de desenvolvimento da formação capitalista. Marx introduziu o materialismo na sociologia, possibilitando-a tratar de modo rigoroso e científico os problemas históricos e sociais.

Avançando na crítica, Lênin (1955) indica que os sociólogos subjetivistas distinguiram com dificuldade, na complexa rede de fenômenos sociais, entre os que são importantes e os que não o são, apresentando problemas para encontrar um critério objetivo para essa diferenciação. Por outro, para Lênin:

A análise das relações sociais materiais permitiu imediatamente que se observassem a repetição e a regularidade e se sintetizassem os sistemas dos diversos países num conceito fundamental de formação social. Somente esta síntese permitiu que se passasse da descrição dos fenômenos sociais (e de sua avaliação do ponto de vista do ideal) à análise rigorosamente científica dos mesmos, a qual evidencia, por exemplo, que é que diferencia um país capitalista de outro e investiga o que é comum a todos eles. (LÊNIN, 1955, p. 114)

A hipótese exposta acima possibilitou a existência de uma sociologia científica, pois apenas reduzindo as relações sociais às relações de produção e estas, por sua vez, ao nível das forças produtivas, se conseguiu uma base sólida para representar o desenvolvimento das formações sociais como processo histórico natural. Marx formulou esta hipótese tendo em vista as formações econômico-sociais (dentre as quais sobressaiu o sistema da economia mercantil), e mediante dados substantivos analisou as leis que regem o funcionamento dessa formação e o seu desenvolvimento, salientando que sua análise se limita às relações de produção existentes entre os membros da sociedade, compreendendo como está se transforma em uma economia capitalista e cria classes antagônicas (burguesia e proletariado); e como desenvolve as atividades do trabalho social e fornece com

ele um elemento que entra em contradição irreconciliável com os fundamentos da própria organização capitalista. Esses elementos seriam o esqueleto de O Capital, mas Marx avançou e explicou a estrutura e o desenvolvimento de uma formação social determinada exclusivamente pelas relações de produção, estudando as superestruturas correspondentes a essas relações de produção (LÊNIN, 1955).

De acordo com Gruppi (1979), a análise marxista se enriqueceu com a noção de formação econômico-social de Lenin, cujo debate possibilitou compreender a sociedade não como uma formação indistinta, assentada em uma explicação pautada em leis universais, mas de cunho meta-histórico, deixando de lado a relação concreta entre os diversos elementos que a compõem. Para Lênin, a sociedade se desenvolve em distintas formações econômico-sociais, das quais se determinam as leis particulares que as regem. Assim, “a abstração determinada se forma em função da reconstrução da determinação concreta”. (GRUPPI, 1979, p. 10, grifado no original)

Esta noção de formação econômico-social foi levada a cabo por Lênin em sua obra principal, O desenvolvimento do capitalismo na Rússia, em que o autor se contrapõe à tese dos populistas de que em seu país não haveria um progresso do capitalismo, visto que negam suas contradições. Em outras palavras, para eles não seria possível o desenvolvimento do capitalismo na Rússia tendo em vista a inexistência de um mercado adequado, logo, o capitalismo corresponderia a um caminho desviante que deveria ser evitado com o intuito de salvaguardar a comunidade camponesa.

Lênin (1988), no entanto, adverte que a desagregação e a pauperização da comunidade camponesa são condições para o desenvolvimento do capitalismo, visto que a “liberação” de uma parcela dos produtores dos meios de produção implica a transferência desses meios para outros sujeitos, convertendo-os em capital; conseqüentemente, os novos proprietários desses meios irão produzir, sob a forma de mercadorias, os produtos que outrora eram consumidos pelo produtor, ampliando o mercado interno. Igualmente indica os diferentes interesses de classe no interior da Revolução Russa, manifestos na dualidade da classe camponesa:

A revolução está trazendo cada vez mais à luz a dualidade do campesinato, evidente quer do ponto de vista da sua situação, quer do ponto de vista do seu papel. De um lado, os imensos remanescentes da economia baseada na corveia e toda sorte de resíduos da servidão diante de uma pauperização inédita e da ruína dos camponeses pobres explicam plenamente as raízes profundas do movimento revolucionário camponês, do espírito revolucionário do campesinato enquanto massa. De outro, a estrutura internamente contraditória de classe dessa massa, seu caráter pequeno burguês, o antagonismo interno entre as tendências proprietárias e proletárias manifestaram-se claramente no processo revolucionário, na natureza dos diferentes partidos e nas numerosas correntes políticas e ideológicas. As vacilações do pequeno proprietário arruinado, vacilando entre a burguesia contrarrevolucionária e o proletariado revolucionário, são tão inevitáveis como este outro fenômeno que se observa em toda sociedade capitalista: uma insignificante minoria de pequenos produtores se enriquece, “sobe na vida”, se aburguesa, enquanto a imensa maioria se arruína completamente, transformando-se em trabalhadores assalariados ou paupérrimos ou vivem eternamente no limite da condição proletária. (LÊNIN, 1988, p. 9-10)

Lefebvre (1969), ao apontar os avanços de Lênin com relação à noção de formação econômico-social, indica que cada formação apresenta leis particulares subordinadas às leis gerais da formação econômico-social, salientando que a lei geral estipula que o desenvolvimento da sociedade é condicionado pelo desenvolvimento das forças produtivas.

Em suma, a formação econômica se refere tanto à história e ao desenvolvimento da sociedade em geral quanto a momentos ou fases sucessivos – em outros termos, a modos de produção. Essa FES indica que o desenvolvimento histórico e social não avança homogeneamente, logo, as formações econômico-sociais sucessivas na história, coexistindo no momento atual com o capitalismo, não são externas à ele, uma vez que as “formas sucessivas de propriedade e de posse do solo, o artesanato, a pequena produção e o pequeno comércio, veem-se a pouco e pouco subordinados ao grande capital. O crescimento do capitalismo não se faz duma maneira, é multiforme e multilateral”. (LEFEBVRE, 1969, p. 201, grifado no original)

Desta feita, o capital ora dissolve as relações preexistentes, ora corrói e sujeita estas relações e, por conseguinte, as “estruturas de



formações anteriores ao capitalismo podem ou desaparecer ou permanecer gozando duma independência aparente. A realidade essencial exprime-se numa lei: a lei da subordinação ao capitalismo das formas e estruturas anteriores". (LEFEBVRE, 1969, p. 202, grifado no original)

Outro avanço de Lênin (1955;1988) consistiu na lei do desenvolvimento desigual, ideia também embrionária em Marx (2008), de fundamental importância à noção de formação econômico-social, pois Lênin aponta que na escala mundial coexistem níveis de desenvolvimento díspares, o que ocorre igualmente no interior dos países capitalistas – a exemplo das regiões –, acarretando uma redefinição dos princípios revolucionários do marxismo, haja vista a impossibilidade de uma revolução simultânea em todos os países. Em resumo, "significa que as forças produtivas, as relações sociais e as superestruturas (políticas, culturais) não avançam igualmente, simultaneamente, ao mesmo ritmo histórico". (LEFEBVRE, 1969, p. 225-226)

Martins (1996), ao discutir o pensamento lefebvriano (1969) acerca de Marx (2008) e Lênin (1955;1988), discorre sobre a noção de FES, que objetiva indicar o tempo das relações sociais, pois embora "nascidas" em momentos históricos diferentes, coexistem entre si assimetricamente numa relação de "descompasso e desencontro". Ainda segundo Martins (1996), Lefebvre (1969) encontra uma relação entre o espacial e o temporal, sugerida nos textos marxianos, e sua interpretação sobre a noção de formação econômico-social se distancia e se alarga em relação à visão marxista de caráter economicista, que via na lei do desenvolvimento desigual uma gradação de riqueza sintetizada na dicotomia simplista entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Isto porque:

Lefebvre entende que a desigualdade dos ritmos do desenvolvimento histórico decorre do desencontro que na práxis faz do homem produtor de sua própria história e, ao mesmo tempo, o divorcia dela, não o torna senhor do que faz. Sua obra ganha vida própria, torna-se objeto e objetivação que subjuga em renovada sujeição o seu sujeito. A formação é econômica e social porque abrange simultaneamente esses dois âmbitos da práxis: a natureza (o econômico) e a sociedade (o social). O homem age sobre a natureza na atividade social de atender suas necessidades. Constrói relações sociais e concepções, ideias, interpretações que dão sentido àquilo que faz e àquilo de que carece. Reproduz, mas também produz – isto é, modifica, revoluciona – a sociedade, base de sua atuação sobre a natureza, inclusive a sua própria natureza. Ele se modifica, edifica a sua humanidade, agindo sobre as condições naturais e sociais da sua existência, as condições propriamente econômicas. (MARTINS, 1996, p. 19)

Esta visão de Lefebvre (1969), apropriada por Martins (1996), abre várias possibilidades quanto ao desenvolvimento desigual do tempo (história) e do espaço (geografia), pois esse último materializa as temporalidades coexistentes e provenientes de relações sociais de momentos diversos.

## A dimensão espacial da formação econômico-social

A dimensão espacial da formação econômico-social foi discutida por diversos geógrafos brasileiros como Santos (1977), Moraes (1982), Silva (1991) e Moreira (2007).

Um dos precursores desse debate no Brasil foi Milton Santos (1977) que critica o interesse significativo da Geografia pela forma em detrimento da formação, desconsiderando o dinamismo social que produz e metamorfoseia as formas. Por compreender que existe uma relação umbilical entre a história e o espaço, o autor considera a formação econômico-social como uma categoria fundamental para a proposição de uma teoria do espaço social, visto que se refere ao processo de diferenciação das sociedades internamente e em relação às forças externas. A base explicativa corresponde à produção, para a qual o trabalho do homem é central na transformação do espaço de acordo com leis historicamente definidas. Nesse sentido não é possível pensar em formação econômico-social (FES) sem uma base espacial, daí o autor propor a ideia de Formação Econômica, Social e Espacial (também usa as expressões formação espacial e formação socioespacial).

As FESs permitem o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e em suas frações, sem perder de vista o desenvolvimento societal. Seu estudo genético possibilita reconhecer as similaridades entre as FESs, assim como a especificidade de cada uma, distinguindo-as e em seu interior apreendendo o particular como uma parte do todo, um momento deste, o qual, por sua vez, se reproduz nessas frações. Como a sociedade é mutável suas funções são igualmente dinâmicas, logo, apresentam formas que se alteram de acordo com o movimento totalizador da formação econômico-social que se articula ao modo de produção (SANTOS, 1977).

Em termos metodológicos, o modo de produção se refere ao todo que se apresenta como a possibilidade de realização e as FESs são partes desse todo, correspondem à realização da possibilidade,

sua dimensão concreta. Na verdade, existe uma indissociabilidade entre Modo de Produção (MP), FES e espaço, visto que os processos que engendram o MP (sejam eles produção, circulação, distribuição e consumo) são definidos historicamente e espacialmente em um movimento uníssono materializado em uma formação social, que contém o complexo das distintas formas técnicas e organizacionais da produção, referente às variadas relações de produção existentes que possuem uma referência espacial – aliás, a diferenciação dos lugares é resultado do arranjo espacial dos MPs particulares, que, conseqüentemente, vão apresentar um “valor” distinto de acordo com os níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e suas combinações. Em termos gerais, “os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço, compreendem a sua dimensão particular e concreta” (SANTOS, 1977, p. 88).

Essas contribuições vão influenciar os demais autores supracitados, embora em graus variados. Moraes (1982) propõe que a aproximação entre a geografia e o materialismo histórico deve ser balizada em termos metodológicos e com base na teoria do conhecimento, atendo-se ao procedimento analítico e explicativo e a questões de princípios e de posicionamento frente à realidade.

Para esse fim, Lukács (1970) fornece importantes considerações metodológicas. Apesar de não tratar do espaço de maneira mais direta, discute questões gerais acerca de método, concepção, possibilidade de estudar os sujeitos individualizados, de existência e formas de manifestações específicas. Isso porque a proposta lukacsiana se fundamenta na gnoseologia da existência, indicando a anterioridade do ser em relação à consciência, logo, o pensamento é colocado como uma apropriação humana do real mediada pelo trabalho. A realidade e o conhecimento são dinâmicos, por isso o saber é aproximado, sendo absoluto e relativo. Nesse sentido, a reflexão tem como critério de validade a existência (não fragmentada) do seu objeto no real que deve ser apreendido numa perspectiva genética, em que se pesquisam as relações em suas formas fenomênicas e se observa em quais condições essas formas podem vir a ser mais complexas e mediatizadas, sempre considerando as conexões e não suas partes isoladas. A ciência, assim, é construída no processo de trabalho no momento em que se estabelece no homem a consciência da causalidade do mundo exterior. O trabalho, por seu turno, tem uma perspectiva finalista (teleológica) e em seu ato, ação e pensamento se diferenciam, sendo o último uma interioridade do sujeito, a qual deve se sujeitar à causalidade do mundo exterior para concretizar seus objetivos, e que necessita realizar um planejamento e uma avaliação anterior a

sua materialização no real. Ao materializar um produto (segunda natureza) por meio do trabalho, a consciência objetiva-se.

Com base nesses elementos, Moraes (1982) propõe uma ontologia do espaço, a qual enquanto natureza em si (orgânica e inorgânica) é a realidade em que se forma o ser social, que por meio do trabalho teleológico transforma o mundo exterior, conferindo-lhe uma marca e tornando funcionais para o homem os objetos naturais. Com o desenvolvimento das forças produtivas, a partir da elevação do pensamento, ao construir categorias particulares e conexões mais mediatizadas, há um afastamento da primeira natureza e chega-se a uma consciência do espaço coletivo e da demarcação territorial (emergem noções como distância, fronteira, extensão etc. que são inferências da prática).

A apreensão do espaço se realiza pela apropriação, entendida como uma categoria histórica concreta, remetendo à natureza em movimento, historicizada e transformada. Nesse sentido, a natureza é vista como potencialidade da apropriação humana, com o intuito de satisfazer suas necessidades. “O ser é apreendido como o processo histórico-concreto de valorização do espaço, parte movente movida da totalidade social” (MORAES, 1982, p. 50). Sua especificidade é definida na existência de marcos territoriais (formas históricas de valorização do espaço que funcionam como forças produtivas da sociedade) que condicionam determinadas relações sociais em decorrência da sua organização espacial, a qual é igualmente engendrada por relações sociais.

Entendendo o ser como a valorização do espaço, devem-se considerar as mediações em que o modo de produção lhe define o movimento. Assim, Moraes (1982) diferencia o “valor do espaço” e o “valor no espaço”. No primeiro caso o valor corresponde à potencialidade natural e no segundo o valor é criado, resultado do trabalho. Ambos se manifestam em unidade visto que:

Moreira (2007), por seu turno, compreende que o espaço corresponde a uma entidade que reúne dois processos importantes para a análise de uma formação econômico-social, a saber: a produção social e o controle de suas instituições e relações de

a substantivação de um dado potencial implica no dispêndio de uma quantidade de trabalho que se materializa no espaço. Porém, se o móvel que condiciona a apropriação de uma dada porção do globo estiver numa ou noutra forma de valor, o resultado e a dinâmica do processo de apropriação serão diferentes. (MORAES, 1982, p. 51)

classes. Para o autor, o processo que produz o espaço geográfico é o mesmo que produz a formação econômico-social, e, por esse motivo, apresenta estrutura e leis de movimento desta, conseqüentemente, denominada de formação espacial ou formação socioespacial, tal qual propôs Santos (1977). A formação espacial apresenta a estrutura e está contida na formação econômico-social, em uma relação dialética que possibilita, pelo conhecimento da estrutura e dos movimentos da formação espacial, compreender tais elementos da formação econômico-social.

Dessa maneira, é perceptível, por meio dos objetos que compõem o arranjo espacial, a aglutinação do espaço e das relações que compõem a estrutura da formação econômico-social, evidenciando que esses elementos do arranjo espacial adentram uma lógica que reproduz aquela do modo de produção a que pertencem. Esses objetos espaciais só podem ser apreendidos no interior da totalidade social, devendo-se distinguir as relações sociais que a originam e lhes ordenam. Assim, o arranjo espacial corresponde à estrutura da totalidade social, logo, o conhecimento das leis que definem o processo de reprodução social, base da totalidade, é que deve ser suporte da análise espacial; assim, o arranjo espacial revela as leis da reprodução social.

A formação espacial resulta de dois conjuntos de interações que se articulam, a saber: a interação homem-meio e as interações homem-homem. Salientamos que os homens se relacionam com a natureza através das relações sociais desenvolvidas por eles no processo de produção de bens necessários à existência, dos quais o trabalho é o elemento mediador que transforma a natureza. Portanto, a análise da formação espacial refere-se igualmente a do processo do trabalho dentro da produção. "A formação espacial é o todo estrutural do espaço produzido" (MOREIRA, 2007, p. 67). Isso porque os homens suprem suas necessidades convertendo terra em vida por meio do trabalho social.

O arranjo espacial proveniente dessa formação socioespacial materializa os objetos produzidos e acumulados no processo de desenvolvimento das sociedades, em termos técnicos e intelectuais. E para que essa produção seja contínua é imprescindível que o ato de produzir resulte em bens de consumo e bens que possibilitem a continuidade da produção. Esta pode ser simples (quando é repetida nas mesmas proporções ano após ano) ou ampliada (ao se repetir de maneira mais ampla a cada ano), sendo a última modalidade a responsável pelo aumento da riqueza. Nesse processo, o espaço

apresenta uma significativa participação, visto que os objetos do arranjo espacial são os elementos que dispõem os homens em termos de condições de reprodução. Logo, o controle sobre esses meios de reprodução são bastante disputados em termos de exercício de poder dentro da formação econômico-social (MOREIRA, 2007).

Os objetos espaciais no modo de produção capitalista são meios de produção e reprodução do capital, em outros termos, correspondem aos meios pelos quais a força de trabalho, ao produzir mercadoria, produz mais-valia e sua incorporação ampliada ao capital. Desta feita, o controle desses objetos implica o controle da reprodução da sociedade capitalista. A formação espacial materializa a luta entre capital e trabalho pelo controle dos meios e modos de reprodução – inicialmente porque a extração de elementos da primeira natureza garante a reprodução sob a forma de matéria-prima ou capital circulante, posteriormente porque por meio da recriação de condições geográficas de reprodução se dinamiza a reprodução do capital fixo. Por fim, o uso do capital circulante e fixo resulta na reprodução da sociedade capitalista. A permanência da ordem espacial garante a reprodução ampliada da sociedade na história em termos de uma existência duradoura, clarificando o vínculo umbilical entre formação espacial e formação econômico-social (MOREIRA, 2007).

A produção de bens é decorrente das necessidades de consumo, salientando que a produção e o consumo são regidos por leis historicamente determinadas da sociedade, próprias de cada modo de produção, ratificando que os bens provenientes da produção desaparecem no momento do consumo, logo, esta precisa ser refeita continuamente para que exista a reprodução. Aqui se colocam as articulações das instâncias que definem como formação econômico-social uma sociedade determinada e dessas instâncias com a formação espacial enquanto totalidade na História. Na sociedade capitalista existe uma estrutura social de classes que definirá o processo da formação econômico-social em geral, sobremaneira no processo de produção: ao se reproduzirem as relações econômicas existentes, se reproduzirá igualmente a estrutura de classes em geral, e para a sua continuidade se faz necessária a superestrutura com suas relações sociais, jurídicas, políticas, ideológicas e culturais que possibilitam a perpetuação da infraestrutura (economia) (MOREIRA, 2007).

Nesse contexto, a formação econômico-social é estruturada



por três níveis de relações (instâncias), quais sejam: a infraestrutura referente à instância econômica, e duas relativas a superestruturas (instância jurídico-política e instância cultural-ideológica). Essas instâncias se articulam e se diferenciam. Se não, vejamos.

Na instância infraestrutural (econômica), o espaço apresenta um arranjo espacial econômico, que resulta da forma como se exprimem no interior desta instância as forças produtivas e as relações de produção. As primeiras articulam a força, os objetos e os meios de trabalho: estes dois últimos são os meios de produção, enquanto as forças produtivas diferenciam-se entre forças de trabalho e meios de produção. Apenas “quando a força de trabalho põe os meios de produção em movimento é que as forças produtivas se unificam e ganham vida como um todo, efetivamente atuando como forças” (MOREIRA, 2007, p.71).

Assim, o espaço se situa como força produtiva de duas maneiras: objeto de trabalho (primeira natureza) e meio de trabalho (segunda natureza). Há uma simbiose entre as relações de produção e o conjunto das forças produtivas, o que dá lugar a uma contradição à medida que as relações de produção regulam e definem o movimento de conjunto das forças produtivas, organizando-as como meios de reprodução, liberando ou não o seu desenvolvimento, contraditando o grau de desenvolvimento das forças produtivas e o controle das relações de produção (MOREIRA, 2007).

No capitalismo há um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, pois há uma forte mediação da técnica na relação entre homem e natureza, o que gera uma ampla divisão social e territorial do trabalho. Incluem-se aí as relações de produção que se expressam a partir da relação de propriedade, ou seja, a força de trabalho pertence ao trabalhador, que a vende em troca dos meios de subsistência; ao passo que os meios de produção são da burguesia, que necessita da força de trabalho para transformar esses meios em forças produtivas; para tanto, a burguesia compra essa força, de modo que, ao fundir a totalidade das forças produtivas, levá-las a produzir mais-valia. Essas relações de propriedade vão se transformando no interior do movimento da produção capitalista, logo, diferenciam-se e multiplicam-se em outras formas, a exemplo da relação de trabalho, de troca, dentre outras, o que complexifica as relações de produção, que uma vez configuradas como espaço fazem-no instância de regulação das relações sociais (MOREIRA, 2007).

Instâncias superestruturais (jurídico-política e cultural-

ideológica): há uma relação entre a regulação do espaço e a instância superestrutural, que leva à apreensão de um arranjo espacial jurídico-político e de um ideológico-cultural em termos de paisagem. As instâncias superestruturais mobilizam o espaço como forma de controlar possíveis conflitos que adentram os processos econômicos mediante as contradições estruturais do sistema capitalista. O arranjo espacial jurídico-político é sobremaneira regulado pelo Estado com objetivos diversos, a exemplo da regulação das relações entre classes ou frações de classes sociais, conquista de territórios, alocação do capital, dentre outros, mostrando seu vínculo demasiado com a infraestrutura. O arranjo espacial ideológico, por sua vez, apresenta as instituições pelas quais os valores são veiculados, reproduzidos e assimilados no interior da sociedade, como escola, igrejas, prisões etc. Espaços específicos que sintetizam o todo, desenvolvendo as noções de mundo e hierarquia, em múltiplas escalas (MOREIRA, 2007).

Em suma, para Moreira (2007), a formação espacial, enquanto um conceito de totalidade, pode auxiliar na análise das formas de organização das sociedades nos diversos tempos da História. Torna-se necessário descortinar a essência nas aparências, apreendendo as leis que regulam as formas ou estruturas, tal qual o arranjo espacial, compreendido como uma estrutura de objetos espaciais que apresentam uma localização-distribuição que possibilita uma descrição e uma análise, da qual se pode depreender a formação espacial.

Silva (1991) também busca debater o caráter ontológico do espaço, que se coloca como uma subtotalidade, uma formação. Logo, constitui um objeto apreendido pela consciência. Salientamos que a formação apresenta a forma e o processo, sendo o lugar a expressão mais elementar da geografia em sua objetivação enquanto espaço-terrestre, mas que se manifesta como território, região e área – portanto, como forma –, e é igualmente uma totalidade de relações de localização, desta feita, é um complexo de formas que se materializam como relações, portanto como processos. “Daí que formação é um ser (forma e processo) que é e vem a ser, como resultado do trabalho, determinação do modo de produção” (SILVA, 1991, p.107).

A formação é matéria, mas também produção social tal qual o modo de produção que em sua manifestação natural e social só podem ser explicados como formações acrescidas de suas particularidades e singularidades, por essa razão são construções lógico-reais que possibilitam a apreensão do natural e do social. “As formações naturais e sociais supõem o trabalho e, por isso, relações



de produção [...]. Então, a formação geográfica põe-se como lugar e, desde logo, como habitat e habitar” (SILVA, 1991, p. 108). Todavia corresponde igualmente ao lugar de trabalho, consumo e circulação. Em suma, a formação natural-social é uma manifestação geográfica do modo de produção, pois exprime sua particularidade e singularidade em termos de recortes do real. Possui uma determinação originária: “seu ser é posto como contradição de momentos do movimento” (SILVA, 1991, p. 108), concorrendo para que a formação possua uma limitação temporal de existência definida na espacialidade do modo de produção. “A formação geográfica se põe, então, como organização do espaço: organização em si e organização para o homem. Daí como valor em si e valor para outro” (SILVA, 1991, p. 108).

Silva (1991) trabalha a ideia de formação espacial com base nas proposições de Moraes (1982) e de Moreira (2007), porém busca discutir a noção de formação social pautada nas interpretações de Hindess e Hist (1978) e a relação entre FES e MP baseado em Thiollent (1976), Luporini (1976), Sereni (2013), Texier (1976) e Labica (1976). Para fazer sua proposição de relacionar a formação social ao espaço, empresta o argumento de Castells (1977), que faz uma reflexão sobre o espaço como base material indispensável ao desenvolvimento das atividades humanas, mas que, como uma grandeza física, não diz muito sobre as relações sociais. Porém, enquanto espaço construído historicamente pelas relações sociais, ele as condiciona, embora não as determine. Existe um significado social das mais variadas formas de espaço e sua divisão. A cada modo de produção ou estágio deste existe uma redefinição do espaço em termos teóricos e das relações concretas definidas entre os diferentes espaços. Assim, as especificidades espaciais manifestam a instância dominante de um modo de produção, que no caso do capitalismo é o econômico. Entretanto, o espaço é construído conjuntamente, ou seja, em termos de formação social.

Seguindo essa linha de raciocínio, Silva (1991) indica que a discussão empreendida por Castells (1977) é realizada paralelamente ao objeto da geografia e para considerar esse elemento retoma os argumentos de Santos (1977) explicitados anteriormente.

Esses autores apresentam elementos analíticos comuns, muito embora diferenças sejam perceptíveis e importantes de serem destacadas. Em termos de aproximações possuem o objetivo de construir uma teoria do espaço social a partir do debate da Formação Econômico-Social – apesar de Moraes (1982) desenvolver a categoria

particularidade a partir de Lukács (1970) – o qual expressa o caráter particular, concreto e historicamente determinado do modo de produção.

Nessa mediação entre FES e espaço, este, pelo seu arranjo espacial, materializa o movimento, as leis e os elementos constituintes da FES, assim como a condiciona, ou seja, é resultado e ao mesmo tempo produz a FES, existindo uma relação dialética entre eles. Outro aspecto comum é a categoria trabalho como mediação entre o espaço (orgânico-inorgânico) e o homem, que para satisfazer suas necessidades transforma o espaço natural (primeira natureza) em espaço social (segunda natureza), o qual manifesta os elementos da FES e a condiciona. No caso do capitalismo, reproduzirá e condicionará (relativamente) as relações desiguais, contraditórias e conflitivas entre as classes sociais – o aspecto do conflito foi mais bem explorado por Moreira (2007).

Entretanto, questionamentos devem ser tecidos, isto porque algumas lacunas ficaram no meio do caminho, as quais são provenientes do momento histórico em que os textos foram produzidos e a filiação filosófica e teórica (muitas vezes eclética) assumida pelos autores. Santos (1997), por exemplo, segundo Peet (1996), apresenta em sua proposição uma síntese de distintas matrizes epistemológicas, dentre as quais destaca a influência do existencialismo sartreano ao observar a “materialidade local exercendo um efeito sobre os seres humanos numa espécie de inércia-dinâmica; condicionada pelo espaço, a práxis humana é forma realmente ativa que recria o espaço” (PEET, 1996, p.165); mas Peet (1996) também torna visível o peso do estruturalismo althusseriano – embora Milton Santos criticasse seu viés economicista – ao relacionar a autonomia relativa de Althusser ao espaço e a suas relações. Ainda de acordo com Peet, essas ideias na época (1970-1980) eram revolucionárias, possibilitando a integração sofisticada do marxismo a outras teorias sociais. Entretanto, o que resulta desse ecletismo?

Menezes (2015), ao discutir epistemologicamente o debate da categoria trabalho na geografia brasileira, descortina algumas incongruências analíticas nos autores supracitados, isto porque, no intuito de combater a fragmentação disciplinar oriunda da crise sofrida pelas ciências no fim dos anos 1950 e começo da década de 1960, a ciência geográfica apresenta soluções “internalistas” com proposições que vão desde uma perspectiva mais aplicada e manualística, com formas fenomenológicas que se aproximam de proposições lógico-idealistas, até uma crítica do trabalho distante dos problemas socioeconômicos reais, conservando uma

“aglutinação eclética” cujo sistema, salvaguardado pelo nome de dialético, não apresenta contradição.

## Considerações finais

A Formação Econômico-Social, inicialmente formulada por Marx, apresentou diversas contribuições intelectuais de grandes pensadores marxistas, como Lênin (1955, 1988), Thiollent (1976), Luporini (1976), Sereni (2013), Texier (1976), Labica (1976) e Lefebvre (1969).

Contudo, nesse trabalho, ressaltou-se as elaborações de Lênin acerca da FES. Para esse autor a “formação” se remete a condição mutável, histórica e objetiva da realidade; o “econômico” se reporta as forças produtivas e as relações práticas dos sujeitos com a natureza; e o social se refere as relações entre os homens, as relações de produção e as classes sociais. Em termos gerais, Lênin atenta para a inexistência de um movimento societal homogêneo, ou seja, a sociedade se desenvolve em diferentes FES, que resultam em leis particulares que as determinam, logo, o desenvolvimento histórico ocorre de maneira desigual, coexistindo distintas formações econômico-sociais no mesmo plano do capitalismo, articulando-se a esse modo de produção, subordinando-se a ele.

Esse debate é enriquecido pela incorporação da dimensão espacial realizada por reconhecidos geógrafos, dentre os quais destaca-se Milton Santos (1977), alçando romper com a geografia quantitativa, mais preocupada com a forma, reduzindo o espaço a sua expressão geométrica, matemática e indiferente ao movimento das sociedades, assemelhando-se mais a uma “fotografia de alguns de seus momentos. Ora, as fotografias permitem apenas uma descrição e a simples descrição não pode jamais ser confundida com a explicação. Somente esta pode pretender ser elevada ao nível do trabalho científico” (SANTOS, 2004, p.75).

De acordo com Santos (2004), as FES, enquanto uma categoria teórica, possuem aspectos concretos que autorizam considerar as especificidades de cada sociedade, compreendida como uma realidade historicamente determinada, amparada em uma base territorial. Logo, o uso da referida categoria afasta

interpretações que fragmentam a realidade, conseqüentemente, conduz a uma análise espacial que prima pela totalidade social e os seus movimentos.

Nesse contexto que Santos (2004) vai propor a categoria formação socioespacial, com vistas a contribuir com uma leitura do espaço humano, metamorfoseado pelo movimento histórico produzido em várias escalas e atravessado pelas noções de totalidade e de estrutura, universal e de particular, que deveriam ser consideradas de maneira unificada e em um mesmo movimento uníssono, no qual a sociedade seria reconhecida em sua interação com a natureza transformada, como seu agente transformador e igualmente resultado dela.

A categoria “concerne à evolução diferencial das sociedades – em seu próprio quadro e em relação com forças externas das quais frequentemente lhe vem um impulso motor (SANTOS, 2004. p.246). Concomitantemente, “a base fundamental da explicação vem da produção, isto é, do trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta” (Idem).

Essas reflexões de Milton Santos vão influenciar diversos trabalhos científicos como os discutidos nesse artigo e ainda hoje fundamenta teoricamente várias teses de doutorado, conforme foi indicado no texto de Whitacker (2019), expressando a relevância de sua contribuição.

## Referências

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Seleção de Textos, n. 3, São Paulo, AGB, 1977.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRUPPI, Luciano. **O pensamento de Lênin**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HINDESS, Barry; HIRST, P. Q. **Modo de produção e formação social: uma auto-crítica de modos de produção Pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LABICA, Véase George. Cuatro observaciones sobre los conceptos de modo de producción y formación económica de la sociedade. In: LUPORINI, C., SERENI, E. **El concepto de formación económico-social**. México: Siglo XXI, 1976

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento de Lenine**. Lisboa: Moraes, 1969.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. Quem são os “amigos do povo” e como lutam os social-democratas? In: \_\_\_\_\_. **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Vitória, 1955.

\_\_\_\_\_. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista: sobre a particularidade como categoria da estética**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

LUPORINI, Cesare. Dialética marxista e historicismo. In: LUPORINI, C., SERENI, E. **El concepto de formación económico-social**. México: Siglo XXI, 1976.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENEZES, Sócrates Oliveira. **O Trabalho nas Fissuras da Crítica Geográfica**. 2015. 420 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia Humana, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10032016-142512/publico/2016\\_SocratesOliveiraMenezes\\_VCorr.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10032016-142512/publico/2016_SocratesOliveiraMenezes_VCorr.pdf).

Acesso em: 09 abr. 2016.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Em busca da ontologia do espaço. In: MOREIRA, Ruy (Org.) **Geografia: teoria e crítica: o saber é posto em questão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007.

PEET, Richard. Milton Santos no exílio: os anos 70. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). **O mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 164-168.

SANTOS, Milton. Espaço e sociedade: e formação da sociedade como teoria e como método. In: **Boletim paulista de geografia**, São Paulo, n. 54, 1977.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Edusp, 2004.

SERENI, Emilio. **De Marx a Lênin: a categoria de "formação econômico-social"**. Revista de geografia meridiano, n. 2, 2013, p. 297-346.

SILVA, Armando Corrêa da. **Geografia e lugar social**. São Paulo: Contexto, 1991.

THIOLLENT, M. **Os conceitos de modo de produção e formação econômico-social**. Campinas: UNICAMP, 1976.

TEXIER, Jacques. Desacuerdos sobre la definición de los conceptos. In: LUPORINI, C., SERENI, E. **El concepto de formación económico-social**. México: Siglo XXI, 1976

WHITACKER, Guilherme Magon. A operacionalização do conceito Formação Econômica-Social: o nexó entre o marxismo e a geografia de Milton Santos. **Revista Geografia em Atos**. Presidente Prudente/SP, n. 13, v. 06, p. 48-76, 2019.

## Publisher

Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Socioambientais. Programa de Pós-graduação em Geografia. Publicação no Portal de Periódicos UFG.

As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

## Informação do autor

**Rogério Rego Miranda**, Professor Adjunto I no curso de licenciatura e bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) - Campus de Marabá. Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará (2006) e Mestrado em Organização e Gestão do território pela Universidade Federal do Pará (2009). Doutorado em Geografia Humana pela USP. Tem experiência na área de Geografia Agrária e Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional; políticas públicas de desenvolvimento rural; agricultura camponesa; relação urbano e rural e movimentos socioterritoriais.

Data de recebimento 27 de julho de 2022  
Aceite em 16 de outubro de 2022  
Publicação em 01 de setembro de 2023